CONVÊNIO PARA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, DORAVANTE DENOMINADO MUNICÍPIO, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL E, DE OUTRO LADO, A CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A CELESC, DENOMINADA DORAVANTE DE CELESC, REPRESENTADA PELOS SEUS DIRETORES.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Por este ato, o Município de **Rio dos Cedros,** devidamente autorizado pela Lei Complementar Nº 028, de 20 de dezembro de 2002, atribui à CELESC o encargo de arrecadar a **Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública** , incidente sobre proprietários, titulares de domínio útil, possuidores e ocupantes de unidade de imóveis servidos, efetiva ou potencialmente, com tal serviço e que estejam ligados como consumidores à rede de energia elétrica.

CLÁUSULA SEGUNDA
A arrecadação de que trata a Cláusula Primeira será feita juntamente com as contas de consumo de energia elétrica, ficando a CELESC desobrigada da arrecadação das Contribuições dos consumidores que por qualquer razão deixem de pagar as suas contas.

CLÁUSULA TERCEIRA
Competirá exclusivamente à Prefeitura Municipal, a solução, junto aos contribuintes, de todas as pendências administrativas ou judiciais, decorrentes do lançamento da **Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública**, assim como a devolução das importâncias cobradas em duplicidade ou indevidamente.

CLÁUSULA QUARTA
A cobrança da **Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública**, relativo aos imóveis edificados efetuar-se-á mensalmente, e será cobrado de acordo com a seguinte tabela:

VALOR DA COSIP EM REAIS	
CONSUMO	**VALOR DA COTA**
Consumo Residencial Urbano e Rural.	R$ 4,00
Consumo do Comércio, Prestadores de Serviços, Indústria, Congêneres e Órgãos de Poderes Públicos.	R$ 8,00

CLÁUSULA QUINTA
O montante da arrecadação da **Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública**, será contabilizado pela CELESC, em conta apropriada, obrigando-se a CELESC a fornecer ao Município um demonstrativo da arrecadação, faturas e outros débitos quitados, até o dia 20 (vinte) do mês subseqüente ao qual se operou o recolhimento.

CLÁUSULA SEXTA
O produto da arrecadação destina-se prioritariamente ao pagamento das contas de energia elétrica consumida na Iluminação Pública e dos débitos relativos a lâmpadas queimadas ou quebradas e materiais diversos e mão-de-obra utilizada para extensão e uma adequada manutenção da rede de iluminação pública.

CLÁUSULA SÉTIMA
Assinado o presente convênio, a CELESC se compromete a efetuar a manutenção da rede de iluminação pública. Procederá, desde que possível com pessoal próprio ou através da contratação, a execução da manutenção no sistema de iluminação pública especial de praças e jardins, trevos e até mesmo avenidas.

§ 1º. Quando realizada com pessoal próprio, a CELESC deduzirá um percentual de ***10% (dez por cento)*** da arrecadação atribuível ao Município, para a cobertura das respectivas despesas.
§ 2º. Para a adequada manutenção da rede de iluminação pública, realizada pela CELESC ou através de firmas contratadas pela mesma, o Município se obriga ao fornecimento e reposição de todo o material encontrado durante a execução do serviço que estiver fora do padrão.
§ 3º. Os custos decorrentes da contratação, pela CELESC, de firmas para a realização da manutenção da rede de iluminação pública e de iluminação pública especial, bem como dos materiais aplicados, serão debitados na conta **Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública**.

CLÁUSULA OITAVA
Sempre que se verificar que o produto da arrecadação da **Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública**, seja superior às despesas para as quais se destina, os saldos verificados poderão ser aplicados na melhoria do padrão da iluminação, na extensão e deslocamento de postes da rede de iluminação pública, implantação de iluminação ornamental especial em avenidas, praças, logradouros, pontes, quadras de esportes, enfim, em todos os bens e equipamentos destinados ao uso público, com utilização de festividades de acordo com o programa a ser estabelecido pelo Município, ou ainda, para o pagamento de energia elétrica dos Próprios Municipais que venham a existir, desde que haja saldo para tal.

CLÁUSULA NONA
O fornecimento e a aquisição de materiais, relativos à implantação e manutenção da rede de iluminação pública, bem como de iluminação pública especial exceto os previstos no **§ 2º** da **Cláusula Sétima**, será de responsabilidade da **CELESC**.

Parágrafo Único - Os custos decorrentes, conforme descrito no "caput", serão debitados junto a conta **Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública**.

CLÁUSULA DÉCIMA
Nos casos em que o produto da arrecadação mensal da Contribuição, seja inferior às despesas previstas na Cláusula Sétima (despesas com a iluminação pública e materiais diversos e mão-de-obra para uma adequada manutenção, no mês) e mesmo que o saldo acumulado da conta **Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública** não seja suficiente para cobrir o débito (no mês), o Município se obriga a efetuar a devida cobertura financeira de tal valor dentro de um prazo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
A CELESC suspenderá todos os serviços de manutenção na parte que lhe compete se o Município, por qualquer motivo, deixar de cumprir o disposto na Cláusula Décima.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
As contas mensais correspondentes ao consumo de energia elétrica na Iluminação Pública, quaisquer débitos e ou obrigações vencidas do Município para com a CELESC, bem como os débitos relativos às lâmpadas e materiais, serão debitadas mensalmente ao Município, de acordo com as Cláusulas Sexta, Nona e Décima Terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
O Município desde já autoriza a CELESC a reter do produto da arrecadação da **Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública** , para liquidação de quaisquer débitos e ou obrigações vencidas do Município para com a CELESC, relativos ao fornecimento de energia elétrica à rede de iluminação pública, execução dos serviços de manutenção da Iluminação Pública, incluindo-se a melhoria e a ampliação das instalações elétricas, bem como os encargos financeiros destinados a suprir a expansão e modernização do sistema de iluminação pública e/ou decorrentes do fornecimento de energia elétrica a unidades de consumo do Município, obrigando-se a CELESC a informar ao Município a relação das faturas em atraso que deram origem à retenção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
A CELESC se compromete a fornecer até o dia 30 (trinta) de setembro de cada ano, a previsão do valor de consumo da energia correspondente à Iluminação Pública e demais despesas com lâmpadas e materiais para o exercício seguinte, a fim de possibilitar que o Município elabore sua proposta orçamentária e a aprove através do Poder Legislativo Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
Os serviços de lançamento, arrecadação e seus controles, bem como dos materiais, serão desempenhados pela CELESC, que deduzirá um percentual de ***5% (cinco por cento)*** da arrecadação do Município, o qual corresponderá a um encargo financeiro de responsabilidade do Município, assim como a Cláusula Oitava, enuncia a atribuição financeira da CELESC de, em determinadas hipóteses, efetuar a manutenção com pessoal próprio. Todas as demais condições fixadas neste documento, têm caráter público e de colaboração da CELESC ao Município, para boa realização, por este, das responsabilidades que lhe são inerentes quanto a instalação e manutenção dos serviços de iluminação pública no Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
Os valores da **Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públic**a, serão reajustados na mesma ocasião e nos mesmos percentuais em que forem reajustadas as tarifas de energia elétrica.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA
O prazo de duração do presente convênio é de 2 (dois) anos, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogando-se automaticamente por períodos sucessivos de mais 2 (dois) anos. Poderá, entretanto, ser

rescindido, sem ônus, a critério de qualquer das partes contratadas, desde que manifestada tal disposição, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA
O início da cobrança dar-se-á a partir do mês de Janeiro de 2003.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA
As partes elegem o foro da Comarca de Florianópolis para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da execução do presente Convênio.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Florianópolis, 23 de Janeiro de 2003.

_____
Diretor Presidente da CELESC

_____
Diretor Técnico da CELESC

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal de Rio dos Cedros

TESTEMUNHAS:

1._____

2._____